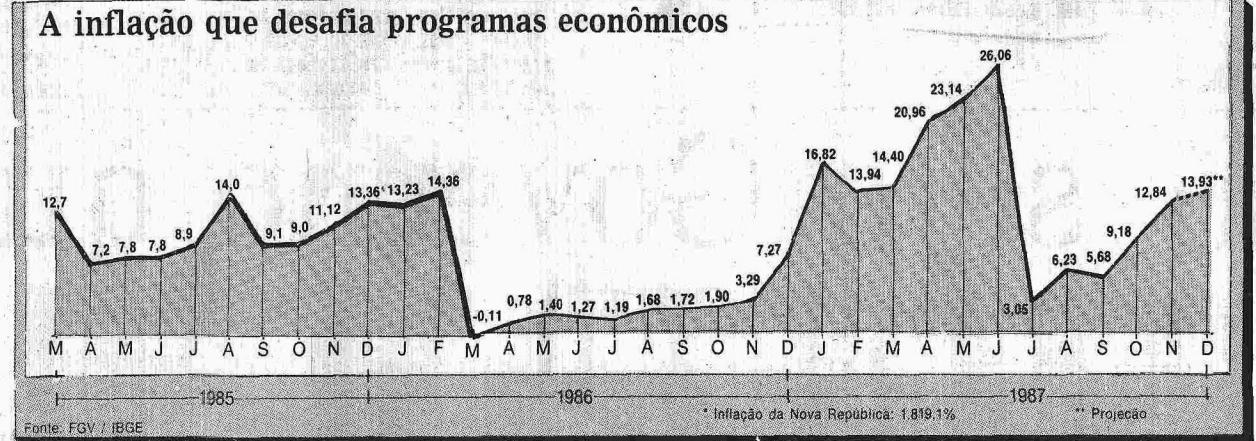


Economistas: saída da crise é política

MÔNICA MAGNAVITA

A inflação deste ano ameaça chegar ao recorde histórico de 360% e apesar disso não há sinais visíveis de como o Governo pretende combate-la. Congelamento de preços, indexação plena da economia, desindexação plena da economia, moratória da dívida interna, reforma fiscal, pacto social ou uma forte recessão. Esse é o cardápio que a equipe econômica tem à disposição, mas na opinião dos economistas ouvidos pelo GLOBO a maioria dessas alternativas não só é difícil de engolir, como poderá causar uma forte indigestão. De acordo com eles, nada que o Governo faça agora conseguirá reduzir as taxas para muito menos do que 14% ao mês. Nada, exceto uma coisa: sua própria reestruturação.

O congelamento de preços, por exemplo, sempre sedutor e disponível, causaria uma inflação em torno de 7% já em seu primeiro mês, segundo cálculos do novo Diretor do Departamento de Economia da PUC carioca, o professor Eduardo Modiano. E isso porque o Governo detém



30% do Índice de Preços ao Consumidor (IPC), que mede a inflação oficial, e, portanto, pelo menos esses itens deveriam permanecer estáveis. Modiano chegou a esse percentual partindo do princípio de que os 70% restantes teriam alguma oscilação, o que resultaria em uma inflação aproximada de 15%.

Neste momento entraria em cena um novo vetor de preços (artifício usado pelo Plano Bresser, em junho,

que calculou a variação média dos preços nos 15 dias que se seguiram ao congelamento). Essa estratégia reduziria o mês pela metade, e com isso a inflação também seria cortada ao meio, ou seja os 15% virariam 7,5%. Mesmo assim, os desgastes dessa medida ficam claros quando se constata que no primeiro mês de congelamento do Plano Cruzado, em março de 1986, houve uma deflação, isto é, inflação negativa; no Plano

Bresser, ela foi de 3,05% e agora o aumento no índice seria de mais de 100%.

Todos os economistas ouvidos torceram o nariz para essa possibilidade. Modiano chegou a enumerar cinco efeitos negativos de um novo choque: primeiro, como os salários estão desalinhados, já que muitas categorias ainda não tiveram dissídio depois do Plano Bresser e outras

conseguiram antecipação da Unidade de Referência de Preços (URP), a interrupção desse processo causaria desníveis muito grandes.

Segundo, além de desgastar essa política de combate à inflação inutilmente, não está muito claro para que serviria esse índice oficial, com seus 7% de variação. Os trabalhadores já aprenderam que as taxas oficiais não são suficientes para reajustar seus salários e o processo de



Modiano é contra um novo choque

renegociação dos dissídios demonstra esse fato. O setor financeiro, já desde o Plano Bresser, não utilizou o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) para nada.

Com Modiano concorda o ex-Secretário Executivo do Conselho Interministerial de Preços (CIP) João Maia. Isso porque a descrença no atual governo é tão grande, disse, que o setor privado não obedeceria ao congelamento (vide o recente caso da Autolatina, holding da Ford e da Volkswagen, que elevou os preços dos automóveis contra a determinação do Ministro Bresser Pereira). Moral da história: uma nova defasagem de tarifas públicas, arrasando com as contas das estatais e outro arrocho salarial.

A consequência disso seria uma recessão acentuada, motivada pela queda de demanda (via perda de poder aquisitivo real) e pela redução dos investimentos públicos, por causa do déficit das estatais, previsto em 2,2% do PIB, CZ\$ 242 bilhões. "Este seria o caminho mais curto para a chamada estagflação", observou Maia. Por isso, ele reitera que as medidas, quaisquer que sejam elas, precisam ser timidas neste momento.